

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.476 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 2002



José Cruz

Requião integra grupo que tenta ajudar Argentina a sair da crise

Parlamentares do Mercosul reforçam apoio à Argentina

PÁGINA 3

Bustani pode ser convidado a falar sobre Opaq

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional decide amanhã se convida o diplomata José Maurício Bustani a falar sobre a tentativa dos EUA de afastá-lo da direção da Opaq.

PÁGINA 2



José Cruz

Cândido quer regras para comércio de substitutos do leite

CAS estuda normas para substitutos do leite materno

PÁGINA 4

Plenário debate com Sérgio Amaral o protecionismo norte-americano

Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior participa de audiência no Senado para discutir medidas dos Estados Unidos que prejudicam as exportações de produtos brasileiros



Roosevelt Pinheiro

Depois de ouvir o ministro das Relações Exteriores, o Plenário do Senado recebe o do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior



Roosevelt Pinheiro

Saturnino quer avaliar situação energética com novo ministro

Termelétricas podem gerar audiência

PÁGINA 4



Célio Azeredo

Romero Jucá pede a convocação de ministro para debater dengue

Negri deve falar sobre epidemias

PÁGINA 2

O Senado realiza amanhã audiência em Plenário com o ministro do Desenvolvimento, Sérgio Amaral. Ele foi convidado a prestar esclarecimentos a respeito dos reflexos das medidas protecionistas norte-americanas sobre as exportações brasileiras e das providências que o governo pretende adotar para enfrentá-las. O ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, já compareceu ao Senado para debater o assunto, que preocupa os parlamentares em razão das prováveis perdas para a economia.

PÁGINA 3

Comissão de Segurança encerra trabalhos com 17 propostas aprovadas

Parlamentares encaminham para votação no Senado e na Câmara dos Deputados matérias que podem alterar profundamente a legislação penal e reorganizar o sistema de segurança pública no país

PÁGINA 5



Saturnino é autor do requerimento convidando José Maurício Bustani

CRE pode votar convite a Bustani, diretor da Opac

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se amanhã, às 17h30, para discutir 11 matérias, entre elas o requerimento que convida o diplomata José Maurício Bustani, diretor-geral da Organização para Proscrição das Armas Químicas (Opac), a prestar informações sobre as tentativas norte-americanas de afastá-lo do cargo. O requerimento é do senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ).

A CRE deverá ainda examinar o tratado de transferência de presos e menores delinquentes firmado entre o Brasil e o Paraguai. Com parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP), a matéria poderá beneficiar cerca de 160 brasileiros presos no Paraguai e 65 paraguaios presos no Brasil. A aplicação do tratado exige que o delito seja considerado crime nos dois países, caso em que o condenado poderá pedir para cumprir pena em seu país de origem.

No tratado, proposto pelo então ministro da Justiça, Nelson Jobim, ficam reservadas ao Estado do remetente prerrogativas de indulto, anistia ou comutação da pena.

Também estará em votação na CRE requerimento do senador Jefferson Péres (PDT-AM), presidente da comissão, que convida dirigentes do Movimento Shalom-Salam-Paz para falarem, em audiência pública, sobre o conflito palestino-israelense.

Comissão decidirá se convoca ministro da Saúde para depor

Conforme requerimento de Romero Jucá, Barjas Negri deve explicar as medidas do governo para o combate de epidemias como a de dengue

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) deve votar na próxima quarta-feira requerimento do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que convoca o ministro da Saúde, Barjas Negri, para explicar as medidas adotadas pelo governo no combate a epidemias e endemias no país, principalmente a dengue.

A CFC votará também requerimento do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) que pede a investigação, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), dos contratos assinados entre a União e seus órgãos, empresas e autarquias com a Fence Consultoria Empresarial.

O parecer do relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), é favorável à investigação dos contratos firmados entre o Ministério da

Saúde e a Fence, empresa acusada de realizar grampos telefônicos.

Também serão examinados pela Comissão de Fiscalização e Controle os relatórios do TCU sobre a atuação da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e os resultados obtidos pelos fundos de Investimento do Nordeste (Finor) e da Amazônia (Finam).

Estão ainda na pauta da comissão os seguintes itens: relatório do TCU sobre a investigação de irregularidades no Projeto Pirapama, de abastecimento de água



Geraldo Althoff pediu à CFC a investigação dos contratos do Executivo com a Fence

no Recife; resultado da auditoria do TCU no Tribunal de Justiça do Amazonas; e relatório do TCU sobre a auditoria orçamentária, financeira e patrimonial realizada na Secretaria Federal de Controle Interno, órgão do Ministério da Fazenda.

Mozarildo cobra da Anvisa maior fiscalização dos preços de remédios

A falta de transparência nas ações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a ausência de efetiva fiscalização dos produtos sob supervisão do órgão foram criticadas pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). Segundo disse, a agência, "apesar de gozar de enorme autonomia, vem se mostrando incapaz" de regular e fiscalizar, principalmente os preços dos medicamentos, que, conforme observou, sofrem constantes reajustes.

— É necessário que esse modelo de agência, tão popular na década passada, mereça um reexame e completa reavaliação por parte do Congresso Nacional —



Para Mozarildo Cavalcanti, a Anvisa "vem se mostrando incapaz de fiscalizar"

sugeriu Mozarildo, ao informar que "até os preços dos medicamentos genéricos estão tornando-se insuportáveis", especialmente para a população de baixa renda.

Apesar de reconhecer que a introdução dos medicamentos genéricos no país representou significativo avanço para o acesso da população a remédios mais baratos, Mozarildo, que é médico, observou que, passados dois anos, os genéricos estão tendo um custo final ao consumidor bem mais elevado que o dos similares.

De acordo com o senador, o descontrole tem como pano de fundo "a ganância da indústria farmacêutica mundial", que, observou, deve ser combatida com todo o rigor por meio da Anvisa, "sob pena de se agravar ainda mais o frágil e precário estado de saúde dos brasileiros que não têm acesso aos medicamentos".



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 2002

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: comparecimento do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, para prestar esclarecimentos sobre os efeitos das medidas protecionistas norte-americanas na economia brasileira e as medidas que serão adotadas pelo governo brasileiro.

18h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: MP nº 14/01, dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis nºs 9.427/98, nº 3.890-A/61, nº 5.655/71, nº 5.899/73 e nº 9.991/00.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação, em primeiro turno, da PEC nº 29/01, cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª e 7ª Região; votação nominal do PLS nº 123/00-Complementar, estabelece restrições à alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias; votação secreta do Parecer nº 211/02, submete à deliberação do Senado o nome de Dilma Seli Pena Pereira para o cargo de diretora da Agência Nacional de Águas, entre outras matérias

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC 87/99, altera dispositivo da Constituição federal (parágrafo 8º do artigo 144 — guardas municipais); substitutivo da Câmara ao PLS nº 129/95, regulamenta o direito de propriedade das terras das comunidades remanescentes dos quilombos e o procedimento da sua titulação de propriedade imobiliária, na forma do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

11h30 — Comissão de Educação

14h — Comissão Mista de Segurança

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Após a Ordem do Dia — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

11h30 — Comissão de Fiscalização e Controle

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Sérgio Amaral fala sobre protecionismo dos EUA

Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior participa de audiência amanhã, no Plenário. Em seguida, o Senado realiza sessão extraordinária para discutir a MP que disciplina a expansão da oferta de energia elétrica emergencial

O Senado realiza amanhã audiência em Plenário com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, que prestará esclarecimentos sobre os efeitos das medidas protecionistas norte-americanas na economia brasileira e as medidas que serão adotadas pelo Brasil para enfrentá-las.

O ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, já compareceu ao Senado para debater o mesmo assunto, que preocupa os parlamentares em razão das perdas que isso inflingirá à economia brasileira. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse que o protecionismo norte-ame-



Roosevelt Pinheiro

Jefferson Péres vê o protecionismo norte-americano, que será debatido com Sérgio Amaral, como "preocupação do Legislativo e da sociedade"

ricano e o ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) são preocupações do Legislativo e da sociedade.

Logo em seguida à audiência de



Célio Azevedo

Sérgio Amaral, o Senado realiza sessão extraordinária para discutir medida provisória que disciplina a expansão da oferta de energia elétrica emergencial. A medi-

da estabelece que os custos relativos à aquisição de energia serão rateados entre todos os consumidores finais, excluídos os residenciais e rurais cujo consumo seja inferior a 350 quilowatts.

Se não for votada amanhã, a medida provisória passará a obstruir imediatamente todas as decisões do Senado, visto que seu prazo de deliberação esgotou-se no dia 24 de março. Nesta semana, aguardam deliberação dos senadores duas propostas de emenda constitucional e nove projetos de lei.

Na quarta-feira, o Senado deve votar em primeiro turno proposta do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que cria novos Tribunais Regionais Federais. Está na pauta,

também, projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) restringindo mudanças na lei de diretrizes orçamentárias depois que ela for sancionada.

Até quinta-feira, o Senado discute, em segundo turno, proposta do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que muda o papel das guardas municipais. Deve votar, ainda, projeto alterando a lei que dispõe sobre cota mensal mínima gratuita de água para consumo residencial unifamiliar. Também irá a votação requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL) para que seja constituída uma comissão de cinco senadores com o objetivo de realizar diligência na região de fronteira do Brasil com a Colômbia.

BC pode ser obrigado a explicar decisões do Copom

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar amanhã projeto do senador Paulo Hartung (PSB-ES) determinando que o presidente do Banco Central (BC) — ou diretor por ele designado — compareça regularmente à comissão para



Roosevelt Pinheiro

Paulo Hartung quer explicações periódicas do Banco Central à CAE

explicar aos senadores as decisões do Comitê de Política Monetária (Copom). Também está na pauta projeto de Hartung determinando a presença do presidente do BC na comissão para fornecer explicações sobre a execução da programação monetária do trimestre anterior.

O relator dos projetos, senador Bello Parga (PFL-MA), apresentou substitutivos para ambos. No primeiro caso, favorável à aprovação do projeto de Hartung, enquanto o segundo pede a aprovação de outra proposição sobre o mesmo assunto, tramitando conjuntamente, de autoria da comissão parlamentar de inquérito do Senado que investigou o sistema financeiro.

Nove dos 14 projetos da pauta da CAE têm caráter terminativo, ou seja, receberão na comissão a deliberação final do Senado, caso não haja requerimento para que sejam enviados ao Plenário. Entre eles, projeto do senador Renan Calhei-

ros (PMDB-AL) que permite aos motoristas de táxi a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a cada três anos, para compra do veículo de trabalho. Hoje, a isenção se limita a uma compra. O relator, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), apresentou substitutivo ao projeto.

Também é terminativo o projeto do senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) que permite dedução, no Imposto de Renda de Pessoas Físicas e Jurídicas, das quotas adquiridas de fundos mútuos de investimento em empresas emergentes. O parecer do relator, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), é favorável.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) apresentou parecer favorável ao projeto do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que determina o incentivo, pelo poder público, à criação de tarifas especiais para promover o desenvolvimento da agricultura. Ainda em caráter terminativo na CAE está o projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que elimina distorções na correção dos cálculos dos financiamentos rurais passados. O relator, senador José Agripino (PFL-RN), apresentou parecer favorável, com duas emendas à matéria.

Comissão de Orçamento vota créditos especiais

O presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), convocou para amanhã, às 14h30, reunião ordinária da comissão, para examinar sete matérias. Entre as propostas em exame estarão dois projetos de lei que garantem crédito especial para a Presidência da República, um deles de R\$ 6,7 milhões, e o outro, de R\$ 104,5 milhões.

A Comissão de Orçamento deverá votar também os relatórios sobre os projetos de lei que tratam da construção e recuperação da infra-estrutura hídrica do Rio Balsamo, em Palmeira dos Índios, Alagoas; da construção do contorno ferroviário no Corredor Sudoeste, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul; da duplicação de trechos de rodovias no corredor transmetropolitano, na BR-381, entroncamento com a BR-116, divisa dos estados de São Paulo e Minas Gerais; e da construção do anel rodoviário no corredor Fronteira Norte-BR-364, no Acre.

Será votado também requerimento dos deputados Doutor Rosinha e Jorge Bittar, que pedem ao Tribunal de Contas da União que apure se há empenho de dotação orçamentária de obras com indícios de irregularidades graves e que não receberam autorização da própria comissão e do Congresso Nacional.

Parlamentares do Mercosul declaram apoio à Argentina

Os senadores Roberto Requião (Brasil) e Raúl Alfonsín (Argentina) e os deputados Alfonso González (Paraguai), Washington Abdala (Uruguai) e Victor Rebolledo (presidente da delegação do Chile), em nome do Mercosul, comprometeram-se na sexta-feira, em Buenos Aires, a prestar a colaboração necessária para que a Argentina supere a crise social, econômica e financeira em que vive.

Ao assinar a Declaração de Buenos Aires, esses parlamentares pediram ao FMI definição urgente de ajuda econômica, afirmando que isso reverteria de maneira considerável a situação do país. "Os países integrantes do Mercosul, mais o Chile, soubemos restabelecer o estado de direito democrático, após dolorosas lutas dos nossos povos, razão pela qual solicitamos que o FMI tenha a disposição de definir, sem dilações, o apoio solicitado", diz o documento.

Na qualidade de representantes legítimos dos países que integram o Mercosul, mais o Chile, os parlamentares afirmam, no documento, observar com temor o alargamento das camadas mais pobres da população argentina, fato que, na opinião deles, coloca em sério risco a



Roosevelt Pinheiro

Roberto Requião preside a Comissão do Mercosul no Congresso brasileiro

continuidade institucional do país e da região.

Os parlamentares afirmam que a situação poderá ser revertida com a concretização da assistência do FMI, fato que, ao mesmo tempo, ajudará "a manter o funcionamento democrático, tendo em conta, aliás, os próximos pleitos eleitorais desses países".

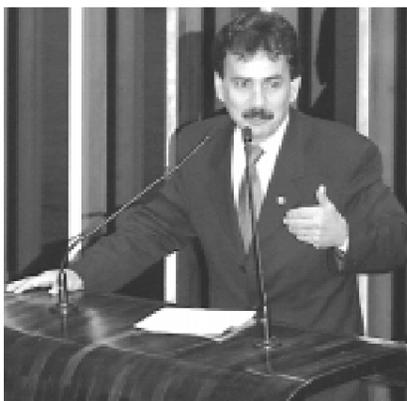
Refere-se ainda a Declaração de Buenos Aires ao pedido do FMI para que a Argentina emita sinais claros de que tem um plano coerente e razoável de recuperação. Os representantes do Mercosul sustentam que as autoridades portenhas mostram grande empenho em dar esses sinais, até porque comprometeram-se a esboçar um plano que, além de promover a reativação econômica, garanta o adequado cumprimento dos compromissos contraídos.

Ademir critica aumento de tarifa e aluguel de usinas

Senador paraense disse que “mais uma vez é o povo brasileiro quem está pagando pela omissão dos dirigentes nacionais”

A autorização para aumentos temporários de tarifas de energia elétrica como forma de cobrir prejuízos das empresas distribuidoras com o racionamento, prevista na Medida Provisória nº 14, foi condenada pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA). “Mais uma vez é o povo quem está pagando pela omissão dos dirigentes nacionais”, disse ele.

Ademir lembrou que o presidente Fernando Henrique Cardoso “não demonstrou qualquer preocupação em declarar um total desconhecimento sobre as condições do parque energético nacional, sobre a incapacidade das reservas e sobre as conseqüências futuras dessa grave situação” ao anunciar o racionamento de energia e multas para quem não o respeitasse.



Desde 1995, taxa residencial de energia já subiu mais de 152,6%, afirmou Ademir

Para o senador, o presidente da República desrespeitou o povo brasileiro.

O senador questiona o aluguel de usinas termelétricas, autorizado pela MP, para garantir o suprimento de energia em caso de emergência. De acordo com o parlamentar, o custo inicial do aluguel das 58 termelétricas que

estão sendo contratadas pelo governo é de R\$ 7,6 bilhões, podendo chegar a R\$ 16 bilhões, caso venham de fato a funcionar.

– Como podemos constatar, nesse jogo do “salve-se quem puder”, os prejudicados terminam sendo os consumidores, que vão pagar caro pelos erros do governo, que só é competente e criativo quando se trata de atacar o bolso dos mais fracos e transferir para eles o ônus dos sucessivos desastrosos que comete – afirmou.

Para Ademir Andrade, em vez de o governo fazer novos investimentos para ampliar os sistemas de geração e de transmissão de energia, implantou um racionamento e, depois, novos aumentos de tarifas. Ele lembrou que, de 1995 para cá, as tarifas dos consumidores residenciais já aumentaram, em média, 132,6%, contra uma inflação de 78%, segundo o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.

Projeto regulamenta a venda de substituto do leite materno

Substitutivo do relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), ao projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que regulamenta a comercialização de substitutos do leite materno é um dos 16 itens da pauta que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deverá examinar nesta quarta-feira. A matéria também trata da promoção comercial e da rotulagem dos substitutos do leite e de artigos de puericultura – como mamadeiras, bicos, chupetas e mordedores.

Outro parecer de Geraldo Althoff incluído na pauta é pela aprovação de projeto de iniciativa da Câmara que possibilita o atendimento na rede privada nos casos de acidente de trabalho nas localidades onde o Sistema Único de Saúde (SUS) não contar com unidades próprias, contratadas ou conveniadas para emergência.

O projeto determina que o trabalhador acidentado deverá dar continuidade ao seu tratamento na rede do SUS assim que as con-

dições clínicas o permitam. O pagamento dos serviços prestados pela rede privada, feito pelo trabalhador ou pela empresa, será ressarcido pelo SUS mediante comprovação de gastos. A comunicação do acidente de trabalho é indispensável para a instauração do processo de ressarcimento.

PREFERÊNCIA A IDOSO

A pauta inclui ainda substitutivo do senador Ademir Andrade (PSB-PA) ao projeto da Câmara dos Deputados que, na sua versão original, determinava atendimento preferencial nas instituições e unidades de saúde para marcação de consultas ambulatoriais e exames complementares ao idoso, gestantes, portadores de deficiência física e crianças de primeira idade.

Ademir fez modificações ao texto original para adequá-lo à legislação atualmente em vigor. Sua proposta determina o atendimento prioritário para portadores de deficiência física, idosos com idade igual ou superior a 60 anos, gestantes, lactentes e pessoas acompanhadas por cri-



Comissão de Assuntos Sociais examinará substitutivo elaborado por Geraldo Cândido

anças de colo. Também estabelece que as unidades do SUS destinarão locais exclusivos, nos próprios hospitais e clínicas conveniadas, para marcação de consultas e exames para os beneficiados pelo projeto.

Também consta da pauta da CAS parecer de Geraldo Althoff, favorável ao projeto do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que assegura aos cegos e pessoas de baixa visão usuários de cão-guia o direito de ingressar e permanecer com o animal em locais de uso coletivo. Os animais terão acesso a estabelecimentos públicos e privados de uso coletivo e a todas as modalidades de transporte interestadual e internacional com origem no território brasileiro.

Ministro pode ser convidado para debater termelétricas

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) examina amanhã, partir das 17h30, requerimento de autoria do senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) solicitando a realização de uma audiência pública para discutir a atual situação do programa energético nacional e, em particular, as usinas termelétricas. Para aprofundar a questão, o senador pede que o novo ministro de Minas e Energia, Francisco Luiz Sibut Gomide, preste esclarecimentos sobre o assunto.

A CI vai analisar também requerimento do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) convidando o ministro dos Transportes a explicar aos senadores as razões das péssimas condições em que se encontram as rodovias federais no país.

Na reunião, os senadores deliberam ainda sobre requerimento do senador Romero Jucá (PSDB-



Maguito Vilela quer audiência pública sobre situação das rodovias

RR) pedindo a presença do presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), Fernando Perrone, para falar sobre as medidas que estão sendo tomadas visando à melhoria dos aeroportos brasileiros.

Outro requerimento que consta da pauta é o do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), que propõe audiência pública para instruir o projeto de lei do Senado que dispõe sobre o Adicional Tarifário para Linhas Aéreas Regionais Suplementadas.

Em caráter terminativo, a comissão vai deliberar sobre o projeto de lei de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que veda a implantação do horário de verão nos estados de Goiás e do Tocantins, e no Distrito Federal. A matéria tem parecer favorável do senador Mauro Miranda (PMDB-GO).

Requião quer garantia de vaga para filhos de artistas de circo

A Comissão de Educação vota em caráter terminativo, na reunião de amanhã, projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que assegura aos filhos dos profissionais de circo, cuja atividade seja itinerante, a transferência da matrícula e conseqüente vaga nas escolas públicas locais de ensino fundamental e de ensino médio. O projeto orienta as escolas partia-

crianças.

A regulamentação do exercício da profissão de turismólogo, com parecer favorável do senador Álvaro Dias (PDT-PR) e o projeto que institui o Dia Nacional de Combate à Dengue constam da pauta.

A comissão deverá também fazer ratificação de projeto de Nabor Júnior (PMDB-AC), Marina Silva (PT-AC) e Emilia Fernandes (PT-RS) que denomina Plácido de Castro o Aeroporto Internacional de Rio Branco; e outro, do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), que assegura a matrícula do estudante do último ano de ensino médio classificado em processo se-

letivo de acesso a curso de graduação e que deixou de se formar por motivo de greve dos professores.

As duas matérias já foram aprovadas pela CE, mas na data da deliberação em Plenário, a pauta estava sobrestada. A ratificação é determinada, nesses casos, pela Constituição federal.



Álvaro Dias é autor de projeto sobre profissão de turismólogo

Decisão sobre documento único está em pauta

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode votar nesta semana, em caráter terminativo, projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que prorroga por mais cinco anos o prazo que o Poder Executivo tem para implementar o registro civil único. O projeto, se aprovado, também servirá para restituir valor legal aos documentos portados atualmente pelos brasileiros.

A explicação para o ocorrido é a seguinte: em 7 de abril de 1997, foi promulgada a lei que instituiu o número único de registro de identidade civil. Essa lei definia um prazo de 180 dias para a regulamentação do novo dispositivo legal e mais 180 dias para o início de sua implementação. Nenhuma das duas medidas foi tomada. E ainda,



Simon quer manter validade dos atuais documentos

como alertou o senador Moreira Mendes (PFL-RO), em discurso proferido na semana passada em Plenário, os documentos atuais perderam sua validade no último dia 7, pois a lei também definia que em um prazo de cinco anos todos os documentos estariam vencidos.

PREOCUPAÇÃO

Manter a validade dos atuais documentos tanto dos residentes no país quanto dos que moram no exterior é a preocupação de Simon, também autor da proposta original. O projeto em tramitação na CCJ ainda não tem relator indicado. Se a matéria for aprovada pela comissão, seguirá para a Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso para que seja submetida ao Plenário.

Como não existe ainda a regulamentação de como será o documento único, não é possível prever seu formato ou a entidade que vai centralizar as atividades para sua implementação. O que se sabe, pela definição do projeto de Simon, é que o novo documento deverá substituir a carteira de identidade, a carteira de habilitação, o cadastro de pessoa física (CPF) e o título de eleitor.

Comissão Mista de Segurança deixa saldo de 17 propostas aprovadas

Senadores e deputados encerram amanhã trabalho conjunto que altera profundamente a legislação penal brasileira com vistas a agilizar a Justiça e combater a impunidade

A Comissão Mista de Segurança Pública encerra amanhã seus trabalhos com um saldo positivo de três propostas de emenda à Constituição e 14 projetos de lei aprovados e que alteram profundamente a legislação penal brasileira.

Metade dos projetos de lei – sete – modifica o Código de Processo Penal diminuindo drasticamente o número de recursos e a duração dos processos criminais. A fase de instrução criminal ficaria concentrada em uma única audiência, na qual seriam ouvidas todas as testemunhas e as alegações da defesa e da acusação. A avaliação do relator, deputado Luiz Antônio Fleury (PTB-SP), é de que as mudanças reduzam em quase 50% a duração das ações penais.

Assim como procurou combater a morosidade da Justiça – apontada pelos parlamentares como uma das causas do aumento da violência –, a Comissão de Segurança estabeleceu punições mais duras para crimes de grande potencial ofensivo e para o crime organizado.



Metade dos projetos aprovados pela Comissão de Segurança reduz número de recursos e duração dos processos criminais

A comissão aprovou relatório da deputada Laura Carneiro (PFL-RJ) que institui penas mais graves para os crimes de homicídio e lesão corporal. O texto atual do Código Penal prevê pena mínima de seis anos de reclusão para o homicídio simples, punição menor do que a definida para o seqüestro, ainda que deste delito não resulte morte. A relatora optou por aumentar a pena mínima para oito anos.

A punição para o crime de se-

qüestro é agravada. A pena, que varia entre seis e 15 anos de reclusão, passaria a ser de 12 a 20 anos. O texto aprovado pela comissão inova ao tipificar o crime de extorsão mediante privação de liberdade, chamado de seqüestro-relâmpago, prevendo como pena reclusão de seis a 12 anos.

A participação em organização criminosa também terá punição maior. O texto do deputado Magno Malta (PL-ES) impõe penas de cinco a dez anos de prisão para

quem formar grupo estruturado e com divisão de tarefas para cometer crimes como tráfico de drogas, terrorismo, contrabando de armas, seqüestro e delitos financeiros e contra a administração pública.

Atualmente, estes crimes, quando cometidos por organização criminosa, são enquadrados como formação de quadrilha ou bando, e punidos com penas que variam de um a três anos de prisão.

Os parlamentares pretendem atingir o financiamento da atividade criminosa. Uma das principais alterações na legislação é a inclusão dos crimes de terrorismo e seu financiamento e de tráfico de órgãos ou pessoas no rol daqueles que antecedem a lavagem de dinheiro.

Outra mudança estabelece que o Banco Central deverá manter sistema de cadastro de correntistas, clientes e de seus procuradores de todas as instituições financeiras em funcionamento no país. Dessa forma, as pessoas suspeitas de lavagem de dinheiro seriam facilmente monitoradas.

Iris: “bandidos vão contar até dez antes de agir”

A Comissão Mista de Segurança Pública faz amanhã sua última reunião. O único ponto previsto para votação e sobre o qual não houve deliberação nos 60 dias de trabalho da comissão foi a proposta de redução da maioridade penal, de 18 para 16 anos. O presidente da comissão e autor da proposta, senador Iris Rezende (PMDB-GO), disse que, em razão da complexidade do tema, muitos parlamentares preferiram deixar o assunto para ser discutido nos plenários da Câmara e do Senado. O senador considerou o saldo dos trabalhos positivo.

– Depois dos trabalhos da comissão, os bandidos contarão até dez para a prática dos crimes. Tudo que você possa imaginar que pode dificultar a ação dos criminosos está proposto pela comissão – disse Iris.

Para o relator, o deputado Moroni Torgan (PFL-CE), o trabalho continua agora com a discussão das propostas nos plenários da Câmara e do Senado:

– Acho que a comissão evoluiu em vários campos e talvez seja bem mais importante a comissão agora se concentrar nos plenários das duas Casas.



Iris Rezende faz balanço positivo dos trabalhos

Projetos unificam polícias, reprimem venda de armas e crime organizado

O controle do comércio de armas de fogo também foi regulado pela Comissão Mista de Segurança Pública. Texto do deputado Custódio Mattos (PSDB-MG) proíbe o porte de armas, mas dá ao cidadão comum o direito de possuir armamentos em sua casa.

O deputado também abre a possibilidade de uma pessoa portar uma arma excepcionalmente, desde que prove à Justiça que necessita transitoriamente se defender. A posse teria, entretanto, caráter provisório. O registro de armas também deverá obedecer a regras mais severas e transparentes, definidas no projeto, para que somente seja concedido em casos extremos.

– Entendemos ser prudente o acatamento de exigências mais específicas em relação ao cadastramento, impondo-se todo um conjunto de providências para que o registro e o porte só sejam admitidos como exceção restrita numa sociedade civilizada – argumenta o relator.

O crime organizado e o narcotráfico serão duramente reprimidos, caso os plenários da Câmara e do Senado ratifiquem os textos aprovados na comissão. Uma novidade importante é a decretação de prisão

preventiva de acusados de tráfico, caso haja provas suficientes do crime. Além disso, será decretada a indisponibilidade cautelar e automática dos bens, direitos e valores que lhes pertençam e que sejam produto da atividade criminosa.

UNIFICAÇÃO

A Comissão de Segurança aprovou também a unificação das polícias civis e militares. O texto estabelece uma nova estrutura para a segurança pública, do qual constarão, além das polícias estaduais, os corpos de bombeiros de caráter civil (hoje a corporação é militar) e a Polícia Federal. Este último órgão incluiria, de acordo com a estrutura proposta, as atuais polícias federais Ferroviária e Rodoviária, que passariam a se responsabilizar pelo policiamento ostensivo federal.

A proposta de emenda à Constituição (PEC) impõe um prazo de seis anos para que a nova estrutura esteja implantada.

A proposta estabelece que, durante a transição, os atuais integrantes das polícias civis comporão o quadro do departamento de polícia judiciária, enquanto os policiais militares integrarão o departamento de policiamento ostensivo.

BALANÇO

Comissão aprovou capital estrangeiro na mídia

Pareceres favoráveis à abertura dos veículos de comunicação a investidores de outros países e à unificação das polícias civil e militar dos estados destacam-se entre as matérias acolhidas pelas comissões do Senado

Entre as matérias aprovadas na semana passada pelas comissões do Senado, destaca-se o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) favorável à emenda constitucional que abre aos investidores estrangeiros os veículos de comunicação do Brasil – televisão, rádio, jornal e revistas. Pela proposta, que agora será examinada pelo Plenário do Senado, empresas estrangeiras poderão comprar até 30% do capital de companhias brasileiras da área de comunicações. O objetivo é fortalecer financeiramente o setor.

Relatada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), a emenda prevê que a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção de programas serão privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Para ser promulgada, a proposta precisa ser aprovada em duas votações pelo Plenário do Senado. Os deputados já concordaram com o texto da mudança constitucional.

Outra decisão importante na área das comissões visa à unificação das polícias civil e militar dos estados. A Comissão Mista de Segurança Pública, presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), encarregada de discutir e recomendar projetos que possam re-

duzir a criminalidade no país, aprovou proposta de emenda à Constituição que estabelece uma única polícia estadual, responsável pelas atividades de policiamento ostensivo e de polícia judiciária. A alteração será submetida ao exame dos Plenários do Senado e da Câmara.

FUNDOS DE PENSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou outro projeto que interessa diretamente a milhões de brasileiros que têm planos de previdência complementar no país. A proposta estabelece que os administradores desses fundos que obtiverem vantagens ilícitas para si ou outras pessoas poderão ser punidos com prisão de cinco a oito anos.

O autor da proposta, senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), argumenta que a imprensa tem noticiado casos em que administradores de fundos de pensão, com salários inferiores a R\$ 10 mil, acabaram reunindo fortunas superiores de R\$ 2 milhões. Já existem no Brasil 360 entidades de previdência complementar, as quais somam um patrimônio de R\$ 128 bilhões.

Já a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto determinando que as locadoras

de veículos devem segurar os automóveis de sua propriedade e assumir responsabilidade civil no caso de acidente de trânsito causado por quem alugar o carro. A matéria foi relatada pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG) e será submetida agora a votação do Plenário, e enviada à sanção se receber votos favoráveis, sem qualquer alteração em seu conteúdo.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) concordou com projeto que garante a 12 mil funcionários celetistas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) aposentadoria complementar paga pelo Tesouro Nacional, e não mais pelo INSS, desde que eles tenham começado a trabalhar antes de 31 de dezembro de 1976. O benefício valerá para todos os funcionários do antigo Departamento de Correios e Telégrafos (DCT). A matéria, relatada pelo senador Luiz Otávio (PPB-PA), ainda será examinada pelo Plenário.

Por sua vez, a Comissão de Educação (CE) aprovou a regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e uma proposta que destina dinheiro das loterias da CEF a programas e projetos circenses.



Célio Azevedo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania também aprovou projeto que pune maus administradores de fundos de pensão

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h – Saúde/Unip – Obesidade – Parte 1
6h30 – Cidadania – O sen. Sebastião Rocha e o médico José Roberto de Souza falam sobre drogas
7h30 – Entrevista – O sen. Lindberg Cury fala sobre os efeitos do petróleo na economia
8h – Canal do Município – Programa dedicado aos municípios brasileiros
8h30 – Saúde/Unip – Obesidade – Parte 1
9h – Redescobrimos – Lampião
9h30 – Fala Cidadão – A conexão do Senado com a sociedade
10h – Seminário – O novo Código Civil – Parte 3
11h30 – Especial – José Lins do Rego
12h – Idéias – Os senadores: opinião, discursos e novos projetos

12h30 – Entrevista – O sen. Mozerildo Cavalcanti fala sobre a dengue
13h – Fala Cidadão – A conexão do Senado com a sociedade
13h30 – Cidadania – O sen. Juvêncio do Fonseca e o dep. Maroni Torgan falam sobre desarmamento
14h15 – Senado Informa (ao vivo)
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 – Canal do Município – Programa dedicado aos municípios brasileiros
19h – Fala Cidadão – A conexão do Senado com a sociedade
19h30 – Cidadania – O sen. Juvêncio do Fonseca e o dep. Maroni Torgan falam sobre desarmamento
20h30 – Entrevista – O sen. Geraldo Melo fala sobre o projeto para agricultura irrigada
21h – Jornal do Senado – O resumo das atividades do Senado
21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

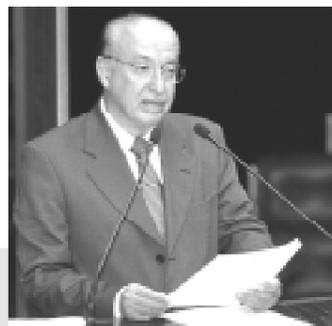
São Francisco pode ter fundo para revitalização

A proposta de emenda à Constituição que institui por um prazo de 20 anos o Fundo para a Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco e seus afluentes foi uma das principais matérias aprovadas pelo Plenário na semana passada. O fundo seria constituído de 0,5% do produto da arrecadação de todos os impostos da União, deduzidas as vinculações e participações constitucionais.

De acordo com o autor da proposta, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), tomando-se por base o ano de 2000, a estimativa é de que a arrecadação gire em torno de R\$ 210 milhões por ano. A proposta, que recebeu em segundo turno o voto favorável dos 59 senadores, será apreciada ainda pela Câmara dos Deputados.

RENEGOCIAÇÃO

Os senadores também aprova-



A proposta de Antonio Carlos Valadares depende ainda de votação da Câmara dos Deputados

ram a renegociação da dívida de Alagoas. A matéria, que tramitou em regime de urgência, fixa em 15% o limite de comprometimento da dívida mobiliária do estado.

A aprovação da renegociação foi precedida de intensos debates entre os senadores. A senadora Heloísa Helena (PT-AL)

apresentou emenda para que apenas os títulos validados pela Justiça pudessem ser renegociados. O relator José Fogaça (PPS-RS) disse que o texto já prevê essa exigência.

UNIVERSIDADE

O Senado aprovou ainda projetos de lei que transformam a Escola de Engenharia de Itajubá (MG) e a Fundação de Ensino Superior de São João Del-Rey em universidades federais.

Outra matéria aprovada pelo Plenário na semana passada foi o projeto de lei determinando que a União, os estados e o Distrito Federal deverão proporcionar meios de implementação, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, de programas de orientação sexual, de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e de prevenção ao uso de drogas.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirectTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Teesat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica – Sistema Digital:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 Mhz
- Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- FEC: 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica – Sistema analógico

- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização - Horizontal
- Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1,17,1,7

Mauro quer gestão das reservas de água doce

Senador alerta para necessidade de políticas de preservação dos mananciais brasileiros e destaca importância da criação dos Comitês de Bacias nas diferentes regiões. Ele denuncia que o desperdício pode comprometer o futuro

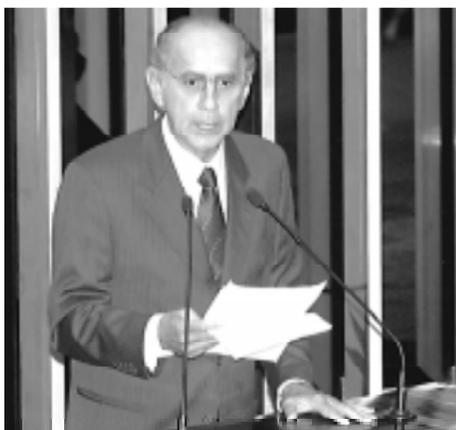
O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) alertou para a necessidade de políticas de preservação dos mananciais de água doce no Brasil. Ele argumenta que o fato de ser um país privilegiado em relação a essa riqueza – possui 16% das reservas mundiais – não garante total tranquilidade, “porque nossa imprevidência pode colocar tudo a perder”.

Mauro lembra que os problemas sociais, culturais e econômicos do Brasil constituem ameaças graves às reservas de água. A criação da Agência Nacional de Águas (ANA), que, juntamente com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, está incumbida da gestão integrada das águas brasileiras, representa passo significativo para a necessária mu-

dança de nossa mentalidade em relação ao valor do líquido, mas é somente o primeiro passo, adverte.

Para garantir uma gestão equilibrada das reservas de água doce no país, é preciso implementar os chamados Comitês de Bacias, que cuidarão dos problemas específicos de cada região hidrográfica, propondo soluções para cada uma, explicou Mauro Miranda.

O senador informa que o seu estado, Goiás, é privilegiado em relação ao suprimento de água, sendo origem de três das 12 baci-



Mauro Miranda: é urgente a administração racional dos recursos hídricos

as hidrográficas do país – Tocantins, São Francisco e Paraná. Por outro lado, o estado é campeão do desperdício de água.

Segundo ele, há no estado um

enorme contingente de pessoas na miséria, que representa um fator de ameaça à salubridade dos recursos hídricos. “Por outro lado, a população urbana, bem atendida por serviços públicos, com esgoto e água tratada, costuma não ter pena de desperdiçar o recurso com banhos demorados, lavagem de varandas e automóveis com mangueiras d’água”, afirma.

Para Mauro Miranda, esse quadro aponta para a necessidade urgente de implementar a administração racional dos recursos hídricos, pois os privilégios conferidos ao país pela natureza não podem mais continuar a servir de justificativa para a imprevidência e o desperdício, sob pena o país ter seu futuro comprometido.

Eduardo aprova medidas sanitárias para importação

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) elogiou a iniciativa do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Pratinê de Moraes, de regulamentar barreiras às importações de 27 produtos agrícolas. Além de evitar a entrada de pragas exóticas que poderiam afetar a agricultura, as medidas demonstram, na sua opinião, que o Brasil resgata respeito diante da comunidade internacional e revela capacidade de enfrentar a globalização.

De acordo com o senador, os produtos agropecuários importados serão submetidos a análises de risco de praga pelos profissionais de controle sanitário do país. “O exame de risco de pragas será feito por produto e país de origem, para que possam ser estabelecidos requisitos fitossanitários específicos da importação”, explicou.

Segundo o parlamentar, os exportadores terão 180 dias para se adaptarem aos novos requisitos. Ele disse ainda que a Organização Mundial do Comércio (OMC) será informada das novas regras, que abrangem todos os países que exportam para o Brasil.

Essas medidas, ressaltou Eduardo, não têm a intenção de retaliar ações protecionistas de outros países, especialmente dos Estados Unidos, mas a de colocar o Brasil em pé de igualdade com o rigor exigido na importação dos produ-



O Brasil está resgatando o respeito da comunidade internacional, disse Eduardo

tos nacionais. “Desde 1998, quando o preço dos produtos agrícolas despencou no mercado internacional, o Brasil tem sido prejudicado pelos subsídios que o governo americano oferece aos agricultores de soja daquele país, e pelos incentivos que os europeus dão à plantação de algodão”.

Ao insistir que o país está abandonando a posição de subserviência nas relações com os países desenvolvidos, o senador citou o exemplo do pré-candidato à Presidência da República, senador José Serra (PSDB-SP), que conseguiu uma vitória contra os laboratórios das multinacionais, assegurando o acesso aos medicamentos que combatem a Aids. “Isto demonstrou que o Brasil já está sendo olhado com mais respeito pela comunidade internacional”, finalizou.

Indicadores sociais são pouco divulgados, afirma Alcântara

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apelou aos modernos sistemas de saúde para que implantem redes de informação e acompanhamento de desigualdades sociais do Brasil. O senador disse que estes indicadores ficam restritos a grupos acadêmicos, embora sejam instrumentos valiosos na definição de prioridades políticas e de governo.

Como exemplo da importância da amostragem social, Lúcio Alcântara citou pesquisa da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), com o seu escritório regional de Brasília, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), coordenada por André Nunes, James Richard Silva Santos, Rita Barradas Barata e Solon Magalhães Vianna. O estudo, segundo o senador, comprova que, diante da impossibilidade de eliminar as desigualdades sociais, “toda política pública deve estar voltada para sua redução”.

A pesquisa, informou Alcântara, mostra que houve no Brasil um expressivo aumento da oferta de profissionais de saúde – 30% de

médicos; 64% de enfermeiros e 6,15% de dentistas. Na Região Sudeste, a oferta de médicos é superior à média brasileira, de 1,60 por cada grupo de mil habitantes, um pouco acima das Regiões Sul e Centro-Oeste. O Norte é a região com menor proporção de médicos por número de habitantes.

Em termos de leitos hospitalares, a Região Norte é a menos favorecida. O Sul, o Sudeste e o Centro-Oeste têm média de leitos



Para Alcântara, os indicadores sociais devem embasar políticas e programas de governo

por habitante superior à média brasileira, enquanto Norte e Nordeste a têm abaixo. O estudo da Opas/OMS/Ipea mostra que, na última década, os números relativos às condições de vida, como escolaridade e renda, evoluíram de forma

favorável, disse Alcântara.

– Seria imprescindível uma grande redução na taxa de pobreza da Região Norte e na Região Nordeste, para que se equiparassem à média nacional. O estudo da Opas enaltece a intervenção do SUS na edificação de um sistema de saúde pública pontuado pela eficiência e equidade – encerrou Alcântara.



Lobão destacou eleição de Wilson Estácio Maia para Associação Comercial de Imperatriz

Lobão parabeniza empresário de Imperatriz

O senador Edison Lobão (PFL-MA) parabenizou o empresário Wilson Estácio Maia por sua reeleição, com 93% dos votos, ao cargo de presidente da Associação Comercial e Industrial de Imperatriz (MA). Este será seu quarto mandato à frente da entidade, fundada em fevereiro de 1960 e que tem se destacado como instrumento do desenvolvimento econômico e social daquele município.

Lobão manifestou seu otimismo com a perspectiva de realização, em breve, do principal projeto da administração de Wilson Estácio Maia, que é a construção do Centro de Convenções de Imperatriz. O centro, a ser construído em parceria com o governo do estado, será o primeiro de toda a região, informou o senador.

Além da construção do centro de convenções, obra estimada em R\$ 5 milhões, outra realização da Associação Comercial de Imperatriz prevista para este ano é a organização da Feira do Comércio e da Indústria. Lobão destacou a importância do evento para o município, que é considerado o maior centro de abastecimento regional e de prestação de serviços, influenciando na economia do norte do Tocantins, sul do Pará e de todo o Maranhão.

Projeto estimula quitação de débitos trabalhistas

Segundo proposta de Moreira Mendes, empresas deverão apresentar certidão negativa para negociar com o poder público

As empresas ou pessoas físicas serão obrigadas a apresentar Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) para vender um imóvel, para transacionar com o setor público, como seu fornecedor, para beneficiar-se de incentivos fiscais ou para obter financiamentos em instituições oficiais de crédito.

Isso é o que prevê projeto de lei de autoria do senador Moreira Mendes (PFL-RO) encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), em caráter terminativo. A proposta pretende alterar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Segundo Moreira Mendes, com a modificação proposta na CLT, a quitação dos débitos trabalhistas, ao lado da quitação dos débitos previdenciários, passará a ser considerada



Moreira: com a mudança, quitação de débitos será considerada prioritária

prioritária, conforme é sugerido na Constituição, ao tratar dos Direitos Sociais.

O senador entende que a instituição da CNDT será importante ferramenta na resolução dos processos trabalhistas em fase de execução, na medida em que estimulará a celebração de acordos, permitida em qualquer fase do processo, ou mesmo o pagamen-

to das vantagens salariais, indenizações trabalhistas obtidas pelo trabalhador por sentença transitada em julgado, ou ainda mediante título extrajudicial com força executiva.

GOLPE

Para Moreira Mendes, a medida vai também coibir a aplicação do chamado "golpe do sócio pobre", pelo qual algumas empresas, para não ter de pagar débitos trabalhistas, utilizam-se de uma fraude, que consiste em transformar, em sócios da empresa, pessoas humildes e insolventes, a fim de caracterizar, tecnicamente, uma impossibilidade de pagamento e de apreensão de bens dos acionistas.

O projeto, segundo o senador Moreira Mendes, vai corrigir enorme distorção no ordenamento jurídico brasileiro, criando uma proteção para os créditos trabalhistas.

As principais alterações sugeridas

Com a modificação proposta por Moreira Mendes, a CLT ganharia o artigo 642-A, para tratar Da Prova de Inexistência de Débito Trabalhista – cujos itens principais ficariam com a seguinte redação:

“É exigida a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), fornecida por órgão competente da Justiça do Trabalho, nos seguintes casos:

I - da empresa, individual ou coletiva: a. na contratação ou renovação de contrato com o Poder Público para fornecimento de bens ou serviços; b. no recebimento de benefícios, ou incentivo fiscal, ou crédito concedidos pelo Poder Público, diretamente, ou através de seus agentes financeiros; c. na alienação, ou na oneração, a qualquer título, de bem imóvel ou direito a ele relativo; d. no registro, ou no arquivamento, no órgão próprio, de ato relativo a baixa ou redução de capital de firma individual, redução de capital social, cisão total ou parcial, transformação, ou extinção de entidade ou sociedade comercial, ou civil e transferência de controle de co-



tas de sociedades de responsabilidade limitada;

II - do proprietário, pessoa física ou jurídica, de obra de construção civil, quando de sua averbação no registro de imóveis;

III - da pessoa física, nas hipóteses previstas nas alíneas 'a', 'b', e 'c', do inciso I deste artigo.

§ 1º - Considera-se débito trabalhista, para efeito deste Título: a. o inadimplemento de obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado referida pelos órgãos da Justiça do Trabalho, ou em acordos judiciais descumpridos, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, honorários, custas, emolu-

mentos ou recolhimento determinado em Lei; b. o inadimplemento de obrigações decorrentes de execução de termo de ajuste de conduta celebrado perante o Ministério Público do Trabalho e de termo de acordo firmado perante Comissão de Conciliação Prévia.

§ 2º - A prova de inexistência de débito deve ser exigida da empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências, filiais ou obras de construção civil, independentemente do local onde se encontrem”.

A nova legislação proposta prevê que o prazo de validade da CNDT será de 90 dias, contados da data de sua emissão.

Jucá vê convergência de idéias entre PMDB e PSDB

Reflexões sobre dois textos de abordagem social de autoria do deputado e ex-governador cearense Gonzaga Mota levaram o senador Romero Jucá (PSDB-RR) a constatar que “um dos principais obstáculos ao desenvolvimento brasileiro tem sido a falta de



Para Romero Jucá, reflexão ajuda a desenvolver o Brasil

hábito de se pensar o Brasil”. Ao aprofundar a análise dos documentos elaborados pelo secretário-executivo da Fundação Ulysses Guimarães, organismo de estudos do PMDB, Jucá chegou a detectar vários pontos de convergência nas idéias de progresso social e econômico defendidas pelos dois partidos.

“Vi, com satisfação, a visão do homem público, dedicado ao interesse coletivo, analisando com cuidado as questões relevantes que aponto como pressupostos a serem resolvidos para que o Brasil e o Nordeste, em particular, alcancem um patamar de desenvolvimento social desejável”, comentou. Entre as propostas contidas nos documentos, Jucá destacou a criação da Agência Brasileira para Integração Social (Abis), que integraria setores público e privado em iniciativas de promoção social.

Apesar da viabilidade de muitos projetos de iniciativa política ou governamental, o senador tucano preocupa-se com a dificuldade em se conquistar credibilidade junto à opinião pública. “Mesmo projetos bem feitos e com bons resultados não conseguem se im-

por como práticas honestas e socialmente válidas”, lamentou. Embora estejam livres “de qualquer pretexto escuso de proveito pessoal”, os feitos oficiais, atesta Jucá, acabam sendo afetados pelo “ranço de séculos de malversação de interesse público”.

DESCRÉDITO

Diante de situações de descrédito coletivo, Jucá assegurou que o governo do PSDB “não se furtou a enfrentá-las na medida de suas forças”. Mas advertiu que a ação exclusiva do Estado não é suficiente para transpor o abismo social aberto pela concentração de bens e riquezas. “É preciso que a comunidade esteja mobilizada para o enfrentamento de suas próprias mazelas”, afirmou, considerando “fantasia e prova de imaturidade política e social” esperar que as soluções possam ser todas supridas pela ação governamental.

Planos de saúde poderão pagar transporte de órgãos

Está tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que coloca entre as exigências mínimas dos planos de saúde que incluem internação hospitalar a cobertura de despesas referentes à cirurgia de remo-



Carlos Bezerra: 30 mil pessoas esperam na fila pela doação de órgãos

ção e o transporte de órgãos destinados a transplante no beneficiário. A decisão da CAS será terminativa.

Segundo Carlos Bezerra, a ausência de regulamentação dessa matéria está sendo responsável por atrasos na reali-

zação de transplantes e pela perda de órgãos.

Ele informou que mais de 30 mil brasileiros esperam na fila pela doação de um órgão, enquanto diretores de hospitais, operadoras de planos de saúde e autoridades sanitárias discutem res-

ponsabilidades e custos. “O projeto visa contribuir para agilizar o processo de remoção de órgãos de doadores, ampliar o número de doações e reduzir a perda de órgãos”, afirma Carlos Bezerra em sua justificativa.